

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 448.725 - SP (2013/0401860-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : WANDERLEY ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ISMAEL PESTANA NETO E OUTRO(S) - SP053104
AGRAVADO : MARIA EZIA DE ALVARENGA
ADVOGADO : ADERBAL DE OLIVEIRA NETO

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", e "c", da Constituição Federal, interposto por WANDERLEY ALVES DE OLIVEIRA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - Interposição contra sentença que julgou improcedente ação ordinária. Honorários de perito bem fixados. Sentença suficientemente motivada.

Possibilidade de ratificação de seus próprios fundamentos mediante aplicação do disposto no artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Sentença mantida.

Apelação não provida." (e-STJ, fl. 349)

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 404/410).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação dos arts. 19, 20, 33, 128, 131, 333, 458, 515, 516, 517 e 535 do Código de Processo Civil; 1.228, 1.277, 1.278, 1.280, 1.297, 1.298, 1.299 1.300, 1.302, 1.304, 1.305, 1.306, 1.308, 1.312, 1.327, 1.328, 1.330 do Código Civil; 1º, 6º, 39, 40 e 46 do Código de Defesa do Consumidor; 105 do Decreto 24.643/34; 1º, 2º, 4º e 6º da Lei 1.060/50, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional; b) os honorários periciais são extremamente excessivos; c) ante a falta de exame expresse tem-se por deferido o benefício da assistência judiciária gratuita; e d) *"na apreciação das interferências prejudiciais causadas pela recorrida, não foi considerada a localização de seu prédio, assim como não foram atendidas as normas que distribuem as edificações envolvidas, e os limites ordinários de tolerância dos moradores da vizinhança"* (e-STJ, fl. 474).

Não foram apresentadas contrarrazões.

Superior Tribunal de Justiça

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

No recurso em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Da atenta leitura das razões postas no apelo nobre, infere-se que o ora recorrente limita-se a realizar longo histórico do andamento processual e, ao final, aponta violação aos arts. 1.228, 1.277, 1.278, 1.280, 1.297, 1.298, 1.300, 1.302, 1.304, 1.305, 1.306, 1.308, 1.312, 1.327, 1.328, 1.330 do Código Civil; 1º, 6º, 39, 40 e 46 do Código de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o recurso especial é o instrumento processual adequado para discutir violação ou divergência jurisprudencial quanto a lei federal, conforme preconiza o art. 105, III, "a" e "c", da CF/88. Nesse diapasão, para atender tal mister, é necessário que nas razões recursais sejam apresentados argumentos jurídicos claros e precisos sobre como o eg. Tribunal *a quo* teria violado ou interpretando de forma divergente determinado dispositivo de lei federal.

No caso em apreço, o ora recorrente não apresentou argumentação jurídica apta a demonstrar como os diversos artigos indicados no apelo nobre foram violados ou interpretados de forma equivocada pelo eg. TJ-SP. Nesse cenário, as razões do apelo nobre representam mera alegações genéricas de violação da lei federal, o que configura deficiência na fundamentação recursal, atraindo o óbice da Súmula n. 284/STF, aplicada por analogia. Nesse sentido, confirmam-se:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...). FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. REEXAME DE PROVA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ. (...)

2. Nos casos em que a arguição de ofensa a dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se ao recurso especial, por analogia, o entendimento da

Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 613.606/PR, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 17/05/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...). SÚMULA 284 DO STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO RECURSO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. MATÉRIAS QUE DEMANDAM REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535, II, do antigo CPC/1973, pois as alegações que a fundamentaram são genéricas, sem discriminação específica dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais teria incorrido o acórdão impugnado. Incide, no caso, por analogia, a Súmula 284/STF.

(...)

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AgInt no AREsp 932.983/SC, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 24/02/2017 - grifou-se)

Ademais, não prospera a alegada ofensa aos artigos 458 e 535 do Código de Processo Civil/73, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. Ademais, o mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

Sobre o tema:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973 NÃO VERIFICADA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DO REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Inviável a análise de ofensa aos dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada à Corte Suprema.
2. Não ficou configurada a violação dos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.
3. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes.
4. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.
5. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 139753/RS, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, DJe 22/03/2019, grifou-se)

No que diz respeito aos honorários periciais, o Tribunal de origem manifestou-se nos seguintes termos:

"Primeiramente, nada há de irregular no tocante aos valores dos honorários periciais de fls. 161, fixados de acordo com o Regulamento de Honorários fornecido pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo (fls. 162/165)."

Assim, houve exercício de juízo de valor pela Corte de origem acerca da atividade profissional desenvolvida na lide, razão pela qual resta evidente que novo enfrentamento da matéria pressupõe, necessariamente, o ingresso nos aspectos fáticos da demanda, atividade cognitiva esta a que não se presta a via do recurso especial.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. HONORÁRIOS PERICIAIS. MODIFICAÇÃO DO VALOR FIXADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7. DECISÃO MANTIDA POR OUTROS FUNDAMENTOS.

1. Hipótese em que a Corte de origem entendeu que o valor da verba honorária deve ser mantido no patamar de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), quantia essa já apresentada pela experta

como valor final para a realização da prova pericial e aceita pela parte agravante.

2. Negou-se seguimento ao Recurso Especial, ante a ausência do necessário prequestionamento.

3. A agravante logrou êxito ao demonstrar que a tese foi amplamente debatida na origem, não havendo falar em aplicação da Súmula 211/STJ.

4. A insurgente alega que os honorários periciais foram fixados de maneira desproporcional.

5. Nota-se que o caso assume claros contornos probatórios, sendo, portanto, inviável iniciar qualquer juízo valorativo a fim de alterar o quantum fixado a título de honorários periciais, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.

6. Decisão monocrática mantida, ainda que por outros fundamentos.

7. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 729.281/MG, Rel. **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 02/02/2016 - grifou-se)

Avançando, a Corte local, mediante análise soberana das provas existentes nos autos e à luz do laudo pericial, consignou não houve qualquer interferência no imóvel do ora recorrente, por parte da recorrida. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

Nesse sentido, a respeito dos temas abordados no presente recurso (alegadas irregularidades na construção do imóvel da apelada), note-se que a sentença não se esquivou do devido pronunciamento:

(..) A presente ação é improcedente. Com efeito, bem demonstra o laudo pericial a inexistência de construção elaborada pela ré de forma a colocar seu telhado deitando água sobre o do autor. O laudo pericial confirma que toda a fronteira do imóvel é fechada por calhas colocadas pela ré para impedir que a água entre o vão das 1110 paredes fronteiriças (fls. 125). O Sr. Perito colocou que tal procedimento é correto (fls. 126). Com isso, nega o perito que o imóvel da ré não deita água sobre o imóvel do autor. Observe-se que a ré efetuou construção sobre o muro do autor somente na parte da garagem. Ora, tal procedimento é permitido pela lei, podendo o vizinho apoiar-se no muro do outro. Note-se, contudo, que a ré não permitiu que tal telhado da garagem não vertesse água para seu lado, utilizando-se

de calha que a desvia para o seu lado. O perito, ainda, coloca que o relógio do autor está deteriorado, mas não em decorrência das obras efetivadas pela ré (fls. 130). Por fim, não se constatou qualquer dano ao imóvel do autor (fls. 131). Vê-se, ainda, que o muro do autor está a descoberto (fls. 135/139), enquanto que a ré realizou a devida colocação de calhas e rufos para impedir a sua infiltração. Se danos há, deram-se por conta da falta de conclusão adequada da obra por parte do próprio autor. O fato do muro estar sendo utilizado como elemento de sustentação de um lado da calha não é ilegal. Seria vedada a colocação de elementos construtivos sobre o muro. A colocação de calhas e rufos, contudo, impõe-se para a própria proteção lateral da construção do autor. Ainda que não respeitada a distância mínima de 18cm do Código das Águas, o Sr. Perito considerou como adequados os elementos preservadores colocados para evitar a infiltração da água do telhado da ré na casa do autor, não havendo motivos técnicos para se justificar a discrepância com o laudo do assistente técnico do autor. Assim, a pretensão inicial não comporta acolhida. Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, movida por WANDERLEY ALVES DE OLIVEIRA contra MARIA EZIA DE ALVARENGA, para condenar o autor no pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atribuído à causa em sede de inicial (.) (fls. 243/245).

A vasta explanação do juízo acerca dos pontos abordados pelas partes permite concluir ser possível a manutenção da sentença pelos seus próprios fundamentos.

Deve-se ressaltar que todos os quesitos restaram devidamente respondidos pelo perito às fls. 120/132, que concluiu que não houve construção de muro ou parede ao longo de toda divisa com o muro do apelante. Afirmou, também, que o imóvel da apelada não deita água sobre o imóvel do apelante. Não prospera o argumento de ausência de elucidação por parte do perito, conforme quer crer o apelante de maneira protelatória. O laudo é rico em detalhes e fotos, apresentando claramente que não houve qualquer interferência no imóvel do autor, por parte da ré.

Às fls. 125/126, o perito judicial elaborou desenho demonstrativo do afastamento entre os muros e da proteção por rufo efetuada pela ré. Às fls. 52/61, há croqui e fotos do estado do muro da casa do autor, antes da edificação por parte da ré. Tal constatação é corroborada pelo laudo pericial (fls. 133/159), a confirmar ser de responsabilidade do apelante o mau estado de conservação de seu

imóvel. Por fim, deixou claro, ainda, que se há irregularidade, esta se refere à antena de televisão fixada pelo apelante, que invade o imóvel da apelada, conforme se verifica pela foto juntada às fls. 150/152.

Importante a conclusão pericial (fls. 127), que merece registro: A requerida não construiu muro ou parede ao longo de toda a divisa com o autor, aproveitando o construído pelo autor, construiu apenas na região onde esta edificada sua garagem, para apoiar o telhado. A calha esta fixada no madeiramento do telhado da requerida, e a aba faz a função de rufo, esta fixada no muro do autor.

O imóvel da requerida não deita água sobre o imóvel do autor. O autor fixou antena de televisão que invade o imóvel da requerida. Deste modo, correto o entendimento do Magistrado a quo em julgar improcedente a ação." (e-STJ, fls. 352/355)

Nesse contexto, concluir de forma diametralmente oposta, como pretende o recorrente em suas razões recursais, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DEMOLITÓRIA C/C PRECEITO COMINATÓRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. AUSÊNCIA. DECISÃO EXTRA PETITA. DECADÊNCIA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ.

1. O acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

2. A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, apenas não adotando a tese vertida pelo Agravante. Inexistência de omissão.

3. A tese defendida no recurso especial demanda reexame do contexto fático e probatório dos autos, vedado pela Súmula 7 do STJ.

4. O magistrado, no momento da fixação da verba honorária, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública e nas execuções embargadas ou não, com base no art. 20, § 4º, do CPC/73, pode eleger como base de cálculo tanto o valor da causa, como arbitrar valor fixo, levando em consideração o caso concreto à luz dos preceitos constantes das alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do referido preceito legal. (Precedentes).

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt nos EDcl no AREsp 827.651/PR, **Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 20/06/2017 - grifou-se)

" AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DEMOLITÓRIA. CONDOMÍNIO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE CONSENTIMENTO UNÂNIME DOS CONDÔMINOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. O acolhimento da pretensão recursal no sentido de que não houve consentimento unânime dos condôminos, por qualquer das alíneas do permissivo constitucional, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AgRg no AREsp 559.348/SC, **Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 24/11/2014 - grifou-se)

Por fim, no que diz respeito ao pedido de assistência judiciária gratuita o TJ-SP, consignou, na oportunidade, o seguinte:

"Em relação ao pedido de assistência judiciária, no apelo não há qualquer pleito a este respeito, razão pela qual não foi considerado. A petição de fls. 296 foi endereçada ao juízo de primeiro de grau, que não a analisou naquela instância, requerimento este não reiterado, como já dito, em apelação. A matéria colocada nestes embargos não foi apresentada no momento oportuno pelo embargante." (e-STJ, 407/408)

Sobre o tema, a Corte Especial no julgamento dos EAREsp 440.971/RS, DJe de 17/03/2016, manifestou-se no sentido de que a ausência de indeferimento expresse do pedido de assistência judiciária gratuita formulado enseja a presunção da concessão do

benefício em favor da parte que o pleiteou, quando acompanhado da declaração de hipossuficiência, só podendo ser afastada por decisão judicial devidamente fundamentada, quando impugnada pela parte contrária, ou quando o julgador buscar no processo informações que desqualifiquem referida declaração.

Confira-se a ementa do julgado:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO JULGADO DESERTO. REFORMA DA DECISÃO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA FORMULADO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. DEFERIMENTO TÁCITO. RECONHECIMENTO. AGRAVO PROVIDO.

1. Presume-se o deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita não expressamente indeferido por decisão fundamentada, inclusive na instância especial.

2. A ausência de manifestação do Judiciário quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita leva à conclusão de seu deferimento tácito, a autorizar a interposição do recurso cabível sem o correspondente preparo.

3. A omissão do julgador atua em favor da garantia constitucional de acesso à jurisdição e de assistência judiciária gratuita, favorecendo-se a parte que requereu o benefício, presumindo-se o deferimento do pedido de justiça gratuita, mesmo em se tratando de pedido apresentado ou considerado somente no curso do processo, inclusive nesta instância extraordinária.

4. Agravo interno provido.

(AgRg nos EAREsp 440.971/RS, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/2016, DJe 17/03/2016 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator